

A COLONIZAÇÃO DE ANGOLA E O SEU FRACASSO INTERPRETADOS POR ORLANDO RIBEIRO

“Angola ficou profundamente ligada à vida nacional”... “A colonização portuguesa de Angola saldou-se por um fracasso que é necessário não iludir para o tentar compreender e explicar”. Estas frases do prefácio do livro, de que utilizamos os títulos, situam os problemas que o autor desenvolve ao longo de oito capítulos onde predominam as comparações com outras áreas, quer africanas, quer americanas, e sobretudo brasileiras ⁽¹⁾: I. Angola no contexto do Ultramar; II. África e América — traços comparativos; III. Pródromos da colonização; IV. Opções económicas, tensões raciais; V. Modos de ver e comentários pessoais; VI. Angola e Brasil — analogias superficiais e evolução divergente; VII. Desenvolvimento tardio de Angola; VIII. O preço da independência. Seguem-se uma Nota Final (pp. 403-407), bibliografia seleccionada e classificada (pp. 407-418), índices alfabéticos de autores e outras pessoas citadas (pp. 419-422), de lugares, povos e assuntos (pp. 423-459), e sete mapas em fim de texto. Depois de um mapa de orientação geral vêm esboços de geologia e minas, segundo M. KUDER (*Angola. Eine geographische, soziale und wirtschaftliche Landeskunde*, Darmstadt, 1971); de relevo, clima, correntes marítimas e pesca, também segundo o mesmo autor; de culturas, florestas e gado, ainda segundo M. KUDER; da distribuição étnica, com a indicação de A. MESQUITELA LIMA como fonte, mas não estando ele citado na bibliografia do fim do volume; da população por distritos em 1960; e do número de habitantes nas cidades também em 1960.

“Este livro foi escrito, por um lado, em condições particularmente difíceis da minha vida, com crises de saúde frequentes e prolongadas, interditando-me todo o trabalho; a redacção não podia deixar de ressentir-se destas interrupções. Por outro lado, em vez de um plano rigoroso e pormenorizado, a obra foi-se fazendo aos poucos e aos pedaços: o que primeiro havia delineado em dois ou três artigos extensos foi crescendo, quer em factos e ideias que foram ocorrendo ao meu espírito, quer por aclarações, paralelas e complementares, que pareceram indispensáveis à melhor distribuição do assunto. Muitas páginas foram escritas à sobreposse, lutando contra a fadiga intelectual e física, outras febrilmente, debaixo de grande tensão intelectual, aprazível mas esgotante. O original nem sempre tem unidade e concisão, alguns temas aparecem repetidos nos diversos contextos onde se inse-

⁽¹⁾ ORLANDO RIBEIRO, *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, Col. “Estudos Portugueses”, 459 p. e 7 mapas em fim de texto.

rem". Deste modo, na Nota Final (p. 403), o próprio autor reconhece e antecipa pontos de crítica ao livro, demasiado personalizado, que reflecte o seu modo de ver os problemas da colonização de Angola e o seu fracasso.

O primeiro capítulo abre com recordações pessoais que recuam à juventude quando, por diversas vias, ouviu falar de Angola. Prossegue com notas extraídas de apontamentos recolhidos durante um breve cruzeiro de férias ao Ultramar (1935). Vinte e cinco anos mais tarde regressaria aí em diversas estadias curtas, de poucas semanas, mas em que procurou percorrer, ainda que rapidamente, uma boa parte do território angolano. "Nas observações de campo e nas reflexões que me sugeriram baseei principalmente este ensaio. Gostaria de ter alargado a leitura de livros modernos e principalmente artigos, mas o tempo não dá para tudo e as páginas que se seguem são mais um depoimento do que uma compilação. Peço desculpa ao leitor se dou, como minhas, ideias que podem ter ocorridos a outros e de que não tive conhecimento" (p. 27). Efectivamente, a leitura do livro terá de ser feita tendo em conta os condicionamentos que o próprio autor aponta.

O processo de emancipação do Ultramar português, aberto desde a perda do Estado da Índia, sem que disso se tivessem tirado as necessárias ilações (sobretudo porque decorria uma época em que as outras potências coloniais perdiam os territórios que dominavam), viria a concluir-se logo após a revolução do 25 de Abril de 1974. "O Governo saído do movimento do 25 de Abril de 1974 defrontou-se com o mais grave problema nacional depois da Restauração, que se arrastava há treze anos e que o imobilismo autoritário nunca tinha podido encarar com visão realista" (p. 30). Algumas referências breves às viagens e explorações africanas e ao *Ultimatum* de 1890, "que vexara o Governo e a Nação" sacudindo do marasmo a vida nacional, às reacções que se manifestaram, representadas, por exemplo, pelos componentes dos grupos da "Escola de Coimbra" (1865) e dos "Vencidos da Vida" (1887), à revolta republicana do Porto (1891), à implantação da República, ainda que incompletas nuns aspectos, demasiado sucintas noutros, servem de contraponto para o posicionamento da actual crise nacional, social e económica. "Os políticos de várias cores quiseram ver-se livres o mais depressa possível do pesadelo de uma guerra em três frentes que se arrastava há treze anos" (p. 36). "O Governo não negociou — *abdicou* —, e nesta "apagada e vil tristeza" se afundou o mais antigo e o último império colonial" (p. 47), sem que isso tivesse marcado um momento de reflexão na "inteligência" portuguesa. "Multiplicaram-se as consagrações à memória do "General sem Medo" e da camponesa alentejana Catarina Eufémia, cobardemente assassinada pela repressão salazarista, mas sobre a tragédia de Timor correu-se um véu de esquecimento e de indiferença. Triste epílogo de uma dominação de mais de quatro séculos e meio..." (p. 39).

No segundo capítulo, como o seu título sugere, é delineada uma síntese comparativa entre os traços físicos e humanos de África e da América, as características dos processos de colonização e evolução histórica (pp. 51-97). Embora curto, o seu conteúdo é demasiado aliciante pela riqueza de sugestões para o estudo de "dois continentes pretensamente simétricos", em que "o fundo étnico da população americana é mais uniforme e mais tardio do que o da África negra" (p. 55), com diferentes técnicas de organização dos espaços. Quanto a nós, consti-

tui, sem dúvida, um dos melhores capítulos do livro, à maneira dos ensaios tão ao gosto do autor e que lhe grajearam especial reputação.

Os capítulos terceiro e quarto, com cerca de uma centena de páginas no conjunto, são dedicados especificamente a Angola: pródromos da colonização (pp. 99-137), e oposições económicas, tensões raciais (pp. 139-206). O primeiro contém referências gerais à viagem de Diogo Cão e o padrão colocado na foz do Zaire (1482), momentos do início da presença portuguesa em terras do rei do Congo; a fundação de Luanda (1576), num sítio litoral do reino de Angola e à porta dos sertões; os *presídios* de degredo, como pontos de partida e penetração no interior. "Se fossem os espanhóis a ter "conquistado" a Abissínia e o Reino do Congo é provável que aí fizessem um centro de domínio. A ocupação portuguesa não podia ter passado de um fugaz enquadramento feito com traficantes de escravos e com missionários, sem verdadeira e profunda acção nas populações locais. O fracasso do Reino do Congo explica-se como uma excepção no quadro da expansão portuguesa e é dentro dessa lógica que a primeira cidade marítima de Angola foi fundada um século depois dele ter sido abordado" (pp. 104-105). Eis uma perspectiva que merecerá, certamente, a atenção de outros investigadores. Ainda no mesmo capítulo, num esquema clássico são apresentados aspectos geográficos de Angola: os traços do relevo e a sua influência na ocupação humana, sobretudo da colonização; os climas regionais, as paisagens naturais e as principais manchas de ocupação agrária; a corrente fria de Benguela, a riqueza piscícola do litoral angolano e a fixação de núcleos de pescadores em vários pontos do litoral meridional. A propósito da agricultura indígena o autor manifesta claramente a sua admiração por um exemplo que viu no Planalto central, o da "agricultura sábia dos ovimbundo", com prejuízo de outros tipos de organização do espaço não menos importantes e que não são referidos. O capítulo acrescenta ainda observações acerca de "uma esperança frustrada: as terras altas da Huíla e a sua colonização" desde meados do século passado; dos equívocos da colonização, comparando-a com a do Brasil — Angola não atrai gente, paralisada, por isso, durante séculos por uma espécie de atonia do seu desenvolvimento; da insegurança e guerras angolanas que sempre afectaram as relações humanas. Recorre, para isso, a alguns exemplos extraídos da *História Geral das Guerras Angolanas* (A. DE OLIVEIRA CADORNEGA, 1680), dos *Ensaio sobre a Estatística das Possesões Portuguesas do Ultramar* (J.J. LOPES DE LIMA, 1846), de *Les Guerres Grises. Résistance et révoltes en Angola* (R. PÉLISSIER, 1977), e de outros, para concluir que "Angola foi, como já o era no tempo de LOPES DE LIMA, uma terra de guerrilhas e, pela sua insegurança, uma colónia recente" (p. 137).

As oposições económicas e tensões raciais, do quarto capítulo (pp. 139-206), são apresentadas através de temas muito controversos que, talvez por isso mesmo, ficaram menos claramente expostos. "Existiu em Angola o mundo dos pretos e o mundo dos brancos e, por mais que a retórica oficial o contestasse, eles viviam separados, cada vez mais quanto nos aproximamos dos nossos dias e do longo termo da guerra colonial" (p. 139). O texto inclui longas transcrições de "Angola: Problemas de Geografia Humana" (1962), o último trabalho de FRANCISCO TENREIRO (1921-1963), "mestiço de São Tomé e um dos nossos mais finos geógrafos", elaborado a partir de apontamentos colhidos "depois de rápidas viagens

(a primeira com PIERRE GOUROU e comigo), mas de observações penetrantes” (p. 140). De novo sobreleva o exemplo dos ovimbundo, em relação aos quais também “Tenreiro sentia-se especialmente atraído”, ... “tão discretos na sua fínura humana e, de todas as populações de Angola, a mais dotada na organização do espaço e a mais susceptível de, conservando tenazmente a sua originalidade, integrar harmoniosamente elementos de influência europeia” (p. 149). No entanto, é bom recordar que os ovimbundo, tomados na sua generalidade, ocupam áreas amplas dos distritos de Benguela, Huambo, Bié, e até do Cuanza Sul e da Huíla, e estão divididos em cerca de uma dúzia de etnias fundamentais! As longas transcrições do texto de F. TENREIRO são justificadas pelo duplo interesse de “mostrar como este geógrafo, africano pelo coração e pelo espírito, podia ter vindo a escrever uma Geografia humana de Angola, que tanto o impressionou numa viagem rápida, e como nessa paisagem humana as marcas portuguesas lhe pareceram relevantes, embora espacialmente esporádicas” (p. 150).

Entre o “mundo dos pretos” e o “mundo dos brancos” floresceu, “como em toda a parte por onde os portugueses se fixaram, a mestiçagem” cujos filhos seguiram “geralmente o destino do pai”. Mas, a partir da “década de 50, assiste-se à limitação da mestiçagem, ao declínio da *élite* crioula, à sua marginalização relativamente à sociedade branca, onde preponderam as pretensões racistas. Entre o mundo dos pretos e o mundo dos brancos cava-se um fosso cada vez mais largo” (p. 153). O tema tem sido caro ao autor, que uma vez o tem tratado sob o signo da “amorabilidade” tropical, um pouco à maneira de GILBERTO FREYRE, outras vezes dissecado numa crítica dura com base em exemplos pontuais. É pena que não tivesse utilizado a tese de GERALD BENDER, *Angola under the Portuguese. The Myth and the Reality*, Londres, 1978, de que já existe uma versão em português (1980), porque também aí são analisados os problemas de convívio e repulsa entre raças, comparados com outros na África anglófona, a par de uma crítica ao “lusotropicalismo” de GILBERTO FREYRE.

Das estatísticas ressaltam a escassez, a modernidade e a não integração do povoamento branco: apenas 8,6% em 1970, num total de 5,8 milhões de habitantes, muito embora o Governo da época tivesse procurado “incrementar a fixação de gente branca, como forma de sobrevivência da colónia” (p. 171). Outros pontos abordados andam em torno das condições do povoamento; das cidades brancas de Angola — “que fisionomia terão hoje estas aglomerações que por eles e para eles, foram concebidas e executadas” (p. 181); dos quistos brancos dos colonatos, da Cela e da Matala, acrescentando-se referências ao do Limpopo (Moçambique), em relação aos quais o autor considera que “dinheiro que se esbanjou nessa pretensa e fracassada fixação de brancos no Ultramar podia ter sido investido na criação de indústrias e na modernização da agricultura, que afinal veio a fazer-se pela pressão da conjuntura internacional, em plena economia de guerra colonial” (p. 188). São retomados alguns temas, como os da escravatura, da servidão e da corrupção; dos confrontos moçambicanos entre brancos (“a maior parte, porém deixara-se inquirar pelo racismo da África do Sul”, p. 196), pretos e orientais (sobretudo *monhés* e chineses); do esbulho dos povos pastores — a última injustiça em Angola — das terras áridas do Sudoeste angolano; de um

presente envenenado da colonização — o alcoolismo, com os seus malefícios sobre as populações negras.

Para o capítulo V, *Modos de ver e comentários pessoais*, (pp. 207-275), o autor escolheu um outro tipo de apresentação dos problemas. “Escolhi seis exemplos escalonados por quase um século. Procurei que fossem representativos de diversas atitudes científicas e de contextos políticos diferentes” (p. 207): o historiador OLIVEIRA MARTINS, no qual “ressuma o pessimismo das suas obras mais famosas, ... e também a informação apenas livresca da África, pouco conhecida e pior afamada”; o geógrafo ELISÉE RECLUS que “esboçou, com mão de mestre, um quadro que, embora sobre informação indirecta, constitui, até quase aos nossos dias, o principal repositório informativo do grande e promissor território africano”; o geógrafo SILVA TELLES, que “viu na África, que visitou e onde estacionou por várias vezes, uma reserva para o crescimento demográfico da Europa”; “os dois mais notáveis governadores da província, depois colónia, um no fim da Monarquia e o outro por duas vezes na Primeira República, Paiva Couceiro e Norton de Matos”; e, “finalmente, Marcelo Caetano (que) representa a visão monolítica do problema do Ultramar, tal como Salazar a concebeu e impôs...” (pp. 207-208). Assim, com base em textos dessas personagens, “menos (com) o propósito de conhecer ideias destes autores do que de desenvolver as que eles sugerem” (pág. 208), procura mostrar a compreensão que se tinha da colónia africana em várias épocas. “A semente lançada pelo pessimismo brilhante de OLIVEIRA MARTINS germinara e não eram poucos os que descreiam do futuro de Angola...” (p. 224). Angola descrita na *Geografia Universal*, de E. RECLUS, publicada em 1889, “constitui o primeiro estudo geográfico com orientação científica que se fez da província, tanto mais meritório quanto o autor nunca lá esteve, utilizando apenas os documentos e mapas existentes, aproveitando cuidadosamente a bibliografia portuguesa e estrangeira e socorrendo-se sobretudo de cronistas e viajantes”. Além de condensar o texto, junta algumas reflexões, “já porque ele foi, durante mais de meio século, a única fonte de informação sobre Angola para curiosos de coisas africanas que não sabiam português, já porque representa a crença muito firme no estabelecimento dos europeus em África e numa evolução de tipo “brasileiro”, que os factos haviam de desmentir” (p. 238). SILVA TELLES tinha uma visão teórica da “capacidade de transposição da raça branca para condições geográficas completamente diferentes do seu *habitat*” (p. 239), privilegiando “uma ocupação e valorização nacional da África, deduzida da capacidade que as raças mediterrâneas tinham de adaptar-se aos climas tropicais” (p. 248). Paiva Couceiro, governador-geral de Angola de 1907 a 1909, convictamente monárquico, e Norton de Matos, uma das maiores figuras políticas da República, por duas vezes colocado no governo de Angola, em 1912-1915 e 1921-1924, ambos militares, procuraram os mesmos objectivos: a unidade de Angola, tornando-a uma grande província portuguesa; implantar uma colonização essencialmente portuguesa, com famílias brancas completas. Para Norton de Matos, a experiência de séculos mostrara que “os cruzamentos das raças branca e preta não podiam dar bons resultados e que, pelo menos, durante o largo período em que o povo português tem de levar a cabo na África a alta missão que lhe marca a sua finalidade histórica, esses cruzamentos têm de ser rigorosa e severamente contrariados, para que as qualida-

des indispensáveis àquela realização se não percam ou se não obliterem” (cit. p. 267). Defendendo o respeito e não o desprezo pela raça menos civilizada, admite que teriam de viver “naquela grande região duas raças, a princípio, o mais possível distantes uma da outra”, distância que poderia diminuir à medida que a civilização da raça preta a fosse aproximando da branca. Da última personalidade, “um político: Marcello Caetano”, recordando-lhe as viagens ao Ultramar, o cargo de Ministro das Colónias e outros a propósito de uma conferência de 1960 em que é evocada a África tradicional, critica-lhe a “atitude tanto mais de estranhar de quem tão larga responsabilidade teve em formar uma corrente de opinião relativa ao Ultramar” (p. 272), sem contudo confrontar as ideias expressas nessa conferência com outras que enformam trabalhos mais importantes do mesmo autor.

O capítulo VI, *Angola e Brasil: analogias superficiais e evolução divergente* (pp. 277-315), retoma a forma dos anteriores, de comparações sobre os processos da colonização: esperanças de Angola; colonização agrária do Brasil; pombeiros e bandeirantes; a opulência das minas; fundação do Império do Brasil; comparação com a América espanhola; surto do café e imigração; borracha, cacau e pioneirismo; Brasil e África — encontro e permuta de civilizações; no litoral oeste africano e no Recôncavo da Baía; gerações de cidades; recursos iniciais de Angola; uma grande nação portuguesa na América — são os subtítulos, variados e por vezes de conteúdos dispersivos, faltando-lhes a necessária objectividade. O último, “Angola não será um novo Brasil” inicia-se com a frase “mesmo assim, a ideia de um novo Brasil acudiu a espíritos esclarecidos e empreendedores” (p. 310), inclui a seguir uma comparação em que se afirma: “Uma nação é sempre, embora não apenas, um produto da história: quando o Brasil celebrou um século de independência, tinha atrás de si mais de três de um passado colonial — é o mesmo sucedia às nações americanas, dentro de uma escala mais ou menos apertada, mas da mesma ordem de grandeza. Angola, futuro Brasil, teria, como nação viável, três séculos a menos que a África do Sul, onde o clima subtropical e mediterrâneo atraiu numerosa população branca” (p. 311). Termina com uma frase de P. GOUROU, considerada como “chave de ouro” para fechar “a comparação desenvolvida nas páginas anteriores” (p. 314), e em que se reforçam as ideias de outra evolução “se Angola tivesse uma classe cada vez mais numerosa de mestiços lusitanizados conservando parentes africanos”, contrariada porque “a presença de demasiados portugueses em empregos humildes impede os africanos de se lusitanizarem” (p. 314), quando efectivamente os problemas são muito mais complicados.

No capítulo VII, o “Desenvolvimento tardio de Angola” (pp. 317-364) é abordado por algumas notas sobre a economia escravagista mantida até finais do século passado, conservando-se Angola como fornecedora de escravos para o Brasil, com uma administração rudimentar e de efeitos negativos. A independência do Brasil e a abolição da escravatura puseram em evidência a péssima situação angolana. O povoamento branco do Sudoeste, tardio e insuficiente, visto durante muito tempo como a concretização de esquemas de colonização idealistas, afinal viria a revelar-se tão frágil como outros processos, pois “mesmo onde ascendia a algumas gerações, não tinha dimensão para se manter” (pág. 350). O surto de

café, sobretudo nos anos 50, promotor tanto da prosperidade de Angola como de sociedades ou ricos de Lisboa, teve a par graves problemas sociais e humanos que muito afectaram as populações negras, umas despojadas das suas terras, outras transferidas coercivamente sob contratos para as plantações de café. Aquele surto reflectiu-se ainda no crescimento das cidades, sobretudo de Luanda cuja população quadruplicou entre 1940 e 1960 (224 000 habitantes); novos serviços públicos, a abertura de facilidades para a instalação de indústrias, a renovação do comércio e o aparecimento de outras actividades desencadearam o processo de crescimento urbano caracterizado sobretudo pelo afluxo desmedido de população do mundo rural e do exterior da Província. Das riquezas de Angola necessariamente que teria de haver uma referência especial às mineiras. Com o subtítulo “Uma colónia cerrada à imigração estrangeira” se encerra o capítulo. “Outro erro, que a comparação com a independência brasileira podia ter corrigido, foi procurar atrair apenas a emigração portuguesa, que continuava a fazer-se preferentemente para o Brasil e vários países da Europa, da América, da própria África...” (p. 363). “Nenhuma colónia africana se cerrou tão completamente ao contributo estrangeiro que, como tantos outros erros, se pagou com a intromissão política e a competição económica — triste preço da chamada independência” (p. 364).

O oitavo e último capítulo, “O preço da independência” (pp. 365-402), abre com “guerra e paz nas colónias”, não tendo sido as guerras coloniais de pacificação triste apanágio só de Portugal, mas também dos diferentes países que partilharam a África; as atitudes assumidas pelo colonizadores durante as duas Grandes Guerras; as independências, no seguimento da 2.^a Guerra Mundial, de soberania, “coarctada por influências políticas e interesses económicos desencontrados” (p. 367). “A guerra colonial faz-se à custa do pavor e de mortes que causa no inimigo”, de crueldades inúteis, exemplificadas abundantemente. Por essa guerra se produziram não só numerosíssimas vítimas, mas ainda modificações importantes do modo de viver das populações, desenraizadas dos seus locais tradicionais para serem agrupadas em aldeamentos da beira da estrada, de mais fácil controlo. “Pior que a acção romana, que mudou o *habitat* transformando profundamente a economia, aqui não se cuidou desta para colocar ao alcance das metralhadoras a população potencialmente inimiga” (p. 377). O trágico epílogo da colonização está bem presente na memória de todos, não só porque demasiado recente, mas sobretudo pela migração maciça e rápida de cerca de meio milhão de “retornados” saídos de Angola desde os primeiros momentos da situação política criada pelo movimento de 25 de Abril de 1974 em Portugal.

“Angola e Congo: Portugal e Bélgica” impunha-se sem dúvida, pela proximidade dos acontecimentos, como motivo de “comparação entre a estabilidade da Bélgica (a despeito de agudas confrontações políticas e de um país dividido entre duas nacionalidades linguísticas), a sua prosperidade, que sobreviveu à perda da mais rica colónia da África tropical, e o colapso económico e político de Portugal, já na miséria e à beira da anarquia” (p. 386). Angola, no contexto da África meridional, é comparada com outros territórios, sobretudo os confinantes. “Os territórios portugueses constituíam uma espécie de baluarte da poderosa África do Sul...” (p. 391); as independências modificariam essa situação. De DOUGLAS L. WHEELER, em RENÉ PÉLISSIER e D.L. WHEELER, *Angola*, Londres, 1971, extrai

o autor alguns parágrafos do último capítulo do livro, *Angola Infelix*, como exemplo da forma arguta de encarar "a evolução do problema angolano sem de modo nenhum enfileirar entre os que denegriam toda a acção portuguesa, não vendo nela mais do que cinco séculos de escravatura e repressão" (p. 392): "A história de Angola está repleta de erros cometidos pelos seus dominadores; contudo, os problemas que Portugal enfrentou em Angola foram em certa medida mais difíceis do que aqueles com que os poderes coloniais se confrontaram noutros lugares" ... "A independência de Angola é inevitável. Muito menos certa é a forma que tomará" ... "Está em jogo a maneira como os angolanos se tornarão senhores da própria casa — o seu destino longamente sonhado" — são algumas frases desse texto de 1974.

"Chora terra bem amada", título de um famoso livro do escritor sul-africano ALAN PATON, em que "estuda as ferozes tensões raciais do seu país, a marginalização ou a perseguição dos pretos e o esbulho da "terra bem amada", que pertencera aos seus antepassados" (p. 395), serve de base para a breve referência de alguns exemplos da África tradicional e do que ela perdeu nos contactos com a civilização colonizadora, antecedendo deste modo o último subtítulo do capítulo e do livro: "A rasoira da atraente variedade africana" por valores convencionais indiscriminadamente importados e impostos (p. 401) do mundo moderno. O livro é encerrado com uma frase do primeiro volume de *Kosmos* de ALEXANDER VON HUMBOLDT, considerado "um dos mais altos expoentes da cultura da nobre Europa romântica (era) capaz, há cento e trinta anos, de ter pensado e escrito estas linhas" (p. 402) em defesa da liberdade para que todos são igualmente feitos, "que num estado de sociedade pouco adiantada pertence apenas ao indivíduo mas que, entre as nações chamadas ao benefício de verdadeiras instituições políticas, é direito de toda a comunidade".

Sem outros comentários também terminaremos aqui a longa notícia sobre o mais recente livro de ORLANDO RIBEIRO, nome ilustre da ciência portuguesa, jubilado em Fevereiro de 1981.

ILÍDIO DO AMARAL